



REPENSANDO O USO DA TERRA: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL

Marcos Vinícius Lima de Sousa ¹

Silas Nogueira de Melo ²

Juciana da Conceição Birino de Souza, ³

Pedro Lucas Coêlho de Oliveira ⁴

Kevin Vinícius Lobato Soeiro ⁵

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento das ciências modernas a partir de uma perspectiva colonialista, destacando a colonização das terras latino-americanas como um exemplo de apropriação privada de recursos naturais. O objetivo deste trabalho é discutir como o uso da terra no Sul Global tem sido moldado por uma visão dominante do Norte Global e explorar alternativas decoloniais para o uso da terra nessas regiões. Utilizando uma abordagem descritiva e analítica, realizamos uma revisão bibliográfica abrangente sobre o tema. Os resultados revelam que o ordenamento mundial do uso da terra tem sido ditado pelos países do Norte Global, resultando em práticas agressivas que causaram danos significativos à biodiversidade e na exclusão das comunidades locais. Concluímos que é crucial adotar políticas que promovam práticas agrícolas sustentáveis, levando em consideração os impactos ambientais e sociais do uso da terra, em vez de priorizar apenas a produção em larga escala e o lucro econômico. Isso é fundamental para atender às necessidades e perspectivas das comunidades locais e dos povos indígenas, cuja subsistência e identidade cultural dependem da terra.

Palavras-chave: Uso da Terra, Decolonial, Norte Global, Sul Global.

ABSTRACT

This article discusses the development of modern sciences based on colonialist conceptions that were established to maintain the sovereignty of European ideals and other dominant nations over other cultures and societies. The colonization of Latin American lands is highlighted as one of the initial marks of private appropriation of natural resources. In this sense, the objective of this work is to discuss how land use in the Global South has been understood and managed from a Northern global perspective, as well as to discuss decolonial alternatives for land use in Global South countries. The methodology used in this article is predominantly descriptive and analytical, using a bibliographic review on the topic. The results obtained in this article demonstrate that the global regulation of land use has been dictated by Northern global countries, resulting in aggressive practices that have caused highly harmful impacts on biodiversity and the exclusion of local communities from land use. It is concluded that it is necessary to adopt policies that encourage sustainable agricultural practices and take into account the environmental

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ahmarcos.vinicius@gmail.com;

² Doutor pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, silasmelo@professor.uema.br;

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, jucianasouza16@gmail.com;

⁴Graduando pelo Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, pedrolukas1912@gmail.com;

⁵Graduando pelo Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, kevin.vinicius83@gmail.com.

and social impacts of land use, instead of just focusing on large-scale production and economic profit. This is important to meet the needs and perspectives of local communities and indigenous peoples who depend on the land for their subsistence and cultural identity.

Keywords: Land Use, Decolonial, Global North, Global South.

INTRODUÇÃO

As ciências modernas se desenvolveram a partir das concepções colonialistas que se manifestaram ao longo da história da humanidade. Esse pensamento foi instaurado visando manter a soberania dos ideais europeus e de outras nações dominantes sobre as outras culturas e sociedades. Nesse sentido, a Geografia possui um papel importante na construção da ideia colonialista e na produção de conhecimento que fundamenta práticas eurocentristas, as quais estão associadas ao contexto histórico-social do imperialismo (Silva, 2020).

Tais práticas moldaram novas concepções e práticas de uso da terra nas colônias. Dentre os projetos imperialistas europeus, destacamos a colonização das terras latino-americanas como um dos marcos iniciais de apropriação privada de recursos naturais (Castro, 2021). As raízes coloniais perpassam boa parte dos dilemas de países latinos e suas consequências estão longe de ser um tema superado ou circunscrito ao passado, uma vez que sua exploração teria advindo da escravidão de povos originários através da retirada de recursos naturais.

A atual conjuntura da América Latina e diversos outros países do Sul Global se dá por acontecimentos passados, como a colonização que em contraste do hemisfério Norte, “desenvolvido” e rico, frente a um hemisfério Sul, pobre e “subdesenvolvido”; face ao sistema de forças políticas internacionais que dividiu o mundo em áreas de influência das grandes potências (Andrade, 1992).

Assim, Andrade (1992) estabelece que a colonização europeia deixou marcas sociais e econômicas que criaram sociedades fechadas e estruturadas em classes sociais que são caracterizadas pela diferença de riquezas como pelas características étnicas pela situação de pobreza e miséria em que vive boa parte da população, ademais da grande divisão política em que se encontra o continente, formado tanto por países de grande extensão territorial como por países médios e até por países pequenos e muito pequenos.

Neste artigo, argumentamos que o uso da terra no Sul Global tem sido compreendido e gerido a partir de uma perspectiva do Norte Global. Propomos, portanto, discutir alternativas decoloniais para o uso da terra em países do Sul Global. Nesse sentido, o texto está dividido em duas partes. Inicialmente, será feita uma apresentação da atual utilização da terra, tratando sobre a sua conceituação, desenvolvimento e problemáticas eurocêntricas. Em seguida, será

apresentado um contraponto, com perspectivas decoloniais acerca do uso da terra, dando enfoque nos povos colonizados, suas práticas e lutas.

METODOLOGIA

Para este trabalho, realizou-se a exploração bibliográfica em estudos com base em critérios como: a qualidade da pesquisa, a relevância para o tema e a atualidade das informações. Para tanto, tomando-se como referência autores a busca interdisciplinar fundamentada em abordagens das Ciências Humanas e Sociais, utilizou-se autores que discutem em suas pesquisas, temas relacionados a decolonialidade e ao uso da terra, tais como: Manuel Correia de Andrade (1992), Luís Felipe Perdigão de Castro (2021), Tatiana Regina da Silva (2020), Lambin Eric F. (2001;2011) e Patrick Meyfroidt (2011). Com o objetivo de identificar, assim, os principais argumentos, evidências e conclusões apresentadas pelos autores que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O atual Uso da Terra e a sua perspectiva eurocêntrica

Na contemporaneidade, as alterações da superfície terrestre são denominadas pelo termo "Uso da Terra". Termo que é empregado de forma geral para descrever as formas que os seres humanos gerenciam a terra para atender suas demandas sejam elas econômicas, sociais e ambientais, tais como a agricultura, residência, indústria, mineração e usos recreativos (Environment Protection Agency, 2022).

De acordo com Côrtes e D'Antonia (2014), a origem dos estudos sobre o uso da terra remonta à década de 70, quando o desmatamento das florestas tropicais tornou-se uma preocupação crescente para a humanidade. Com o passar das décadas, esses estudos evoluíram e ganharam uma ampla aplicação, abrangendo temas como a perda da biodiversidade, a degradação do solo, a emissão de gases de efeito estufa e a capacidade biológica dos sistemas naturais, entre outros.

Segundo Castanheira (2010), às mudanças no uso da terra estão intrinsecamente ligadas a fatores econômicos, demográficos, tecnológicos e ambientais, resultando em alterações complexas tanto na área utilizada quanto na intensidade de uso. Essas mudanças refletem não apenas a história, mas também o futuro da humanidade.

Conforme Lambin *et al* (2001), as causas das mudanças no uso da terra estão interligadas à globalização, que intensifica, reduz e orienta as forças que provocam essas mudanças, tais como os mercados globais, os fluxos de capital e as convenções internacionais. Ademais, destaca-se a integração de uma região no contexto econômico mundial, pois as forças globais cada vez mais substituem ou reorganizam os fatores locais, o que culmina na criação de novos padrões globais de uso da terra.

Neste sentido o IBGE (2020), afirma que a utilização adequada do uso da terra pode gerar impactos positivos e benéficos ao ser humano, tais como serviços de provisão, como alimentos, energia e materiais; serviços de regulação, como a preservação das condições físicas, químicas e biológicas; e serviços culturais.

Assim, o atual desafio para discutir o uso da terra em países em desenvolvimento está relacionado com a manutenção da sustentabilidade e a preservação de ecossistemas florestais enquanto aumenta a produção e disponibilidade de alimentos (Lambin e Meyfroidt, 2011). Os autores discutem que há quatro mecanismos que aceleram a globalização e a conversão do uso da terra, sendo estes: deslocamento, rebote, cascata e efeito de remessa.

O efeito de deslocamento ocorre quando o uso da terra de determinado lugar é migrado para outro lugar, ocasionando assim uma mudança do uso da terra em outra localidade. Esse deslocamento normalmente está associado às políticas de uso da terra que têm por objetivo reduzir a pressão ambiental em determinada região. As consequências deste zoneamento são perceptíveis através de migrações ou aumento das importações de produtos agrícolas ou de madeira, deslocando assim a pressão sobre os ecossistemas naturais para outros locais que muitas vezes se tratam de países do sul global (Lambin e Meyfroidt, 2011).

Esta prática é comum em nações ricas em capital, mas pobres em recursos naturais que necessitam realizar aquisições internacionais de terras agrícolas. A exemplo de tal prática, podemos destacar os países do continente africano que impulsionam nações ricas em capital para externalizar a sua produção alimentar, mas possuem uma grande dependência da ajuda alimentar, e com a maior porcentagem da sua população que sofre de subnutrição, são cada vez mais vendedores líquidos de terras agrícolas (Robertson e Pinstруп-Andersen, 2010).

Já o efeito rebote trata da aplicação de novas tecnologias por parte dos próprios agentes ou sistema econômico vigente com o objetivo de reduzir o consumo de recursos. Este efeito se dá quando uma produção mais eficiente reduz o custo de consumo de um bem, o preço desse bem fica mais baixo, o que resulta em mais renda disponível para gastar, levando as pessoas a consumirem mais desse bem, substituindo outros produtos, e impactando a economia como um

todo através do crescimento econômico. Assim, o consumo do bem ou de outros bens e serviços aumenta, compensando os efeitos benéficos da nova tecnologia em termos de redução do uso de recursos (Lambin e Meyfroidt, 2011).

A intensificação da agricultura pode se apresentar como um efeito rebote positivo, uma vez que permite a preservação da cobertura natural da terra, uma vez que possui uma demanda fixa de rendimentos mais altos, diminuindo assim a área que precisa ser cultivada. Ao mesmo tempo, pode ser um efeito negativo, visto que uma produção agrícola eficiente e lucrativa pode ocasionar na expansão da área cultivada e, assim, no desmatamento.

Enquanto o efeito cascata é uma sequência de eventos que ocorre quando um sistema é perturbado por alguma mudança. No caso do uso da terra, mudanças indiretas podem ser causadas pela concorrência por terras férteis, pelo comércio global de commodities agrícolas e pela adoção de novas práticas agrônômicas que permitem a substituição de culturas em condições específicas. Para avaliar o impacto dessas mudanças no uso da terra, é necessário realizar simulações com modelos econômicos globais que possam isolar o efeito de uma expansão de cultivos de bioenergia de outras causas subjacentes de desmatamento (Lambin e Meyfroidt, 2011).

A alteração no uso da terra é influenciada por diversos fatores interligados, que ocorrem desde a escala local até a global. Esses fatores podem criar ciclos de retroalimentação e efeitos em cascata em todo o sistema de uso da terra. Ou seja, uma mudança na forma como a terra é usada em um local pode afetar outros locais e o ambiente como um todo, em uma cadeia de eventos que pode ter consequências significativas (Lambin e Meyfroidt, 2011).

A emigração de regiões rurais têm um impacto no uso da terra, uma vez que ela reduz a disponibilidade de mão de obra e diminui as demandas de consumo, esse processo é conhecido como efeito remessa. Em 2009, cerca de 214 milhões de pessoas migrantes em todo o mundo enviaram para suas casas mais de US \$414 bilhões em remessas. Esse enorme fluxo de dinheiro pode ajudar a converter membros da família que vivem em áreas rurais para a economia não-agrícola, aliviando a pressão sobre a terra. Quando as famílias rurais se tornam mais prósperas, geralmente se engajam menos na agricultura e se dedicam a outras atividades rurais não agrícolas. Por outro lado, as remessas podem ser usadas para investir em tecnologias de mecanização e intensificação agrícola (Lambin e Meyfroidt, 2011).

Nesse contexto de mudanças globais, o levantamento acerca do uso da terra é essencial para a realização de análises dos impactos do homem sobre a superfície terrestre, tais como os usos provenientes de desmatamentos, da perda da biodiversidade, das mudanças climáticas, das



doenças recorrentes, ou ainda, os inúmeros impactos gerados pelos altos índices de urbanização, pelas transformações rurais e pelo contingente populacional de indivíduos que vivem à margem da sociedade (IBGE, 2013).

A partir destas questões, faz-se necessário realizar um monitoramento dos impactos causados pelos diferentes tipos de uso da terra. Aliado a isso, surge o geoprocessamento, que se trata de um conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica, que possibilitam a identificação de padrões homogêneos de cobertura terrestre (Rosa, 2005).

Neste cenário, o sensoriamento remoto desempenha um papel crucial, uma vez que se trata de uma tecnologia que permite a obtenção de imagens de satélite e outros tipos de dados referentes à superfície terrestre por meio da captação e do registro da energia refletida ou emitida pela superfície (Florenzano, 2007). Cabe destacar que o processamento, análise e interpretação desses dados que compõem o sensoriamento remoto são considerados uma ciência por diversos autores.

Segundo Leandro (2021), o sensoriamento remoto possui diversas aplicações que auxiliam na classificação do uso e ocupação da terra, sendo estas: o mapeamento e a localização dos pontos estratégicos e vulneráveis, a estimativa da biomassa e da produtividade de culturas, a classificação de cobertura e uso do solo urbano, a extração de dados vetoriais em análise ambiental e urbana, os estudos socioeconômicos urbanos, a inferência populacional urbana e o planejamento e gestão de transporte urbano.

Aliado a esse monitoramento, existem leis de uso da terra e zonificação que são regidas por órgãos governamentais, os quais definem, por meio da legislação, qual será a destinação e quais são os tipos de atividades que podem ser realizadas em determinada região. Klefer (2020) afirma que as leis de zoneamento e as restrições de uso da terra determinam aos proprietários o que eles podem fazer com suas propriedades. Uma vez que o uso da terra é dividido em áreas residenciais, comerciais e industriais, além de outras subdivisões ou categorias mistas nas três categorias principais.

As leis influenciam diretamente no planejamento eficaz do uso da terra, alcançando, assim, uma realidade social e física que estabeleça limites entre até que ponto os indivíduos podem influenciar nas propriedades de outros atores (constituições, leis da administração pública e legislação imobiliária), além de fornecer os instrumentos políticos adequados que possam intervir em casos de conflitos de uso da terra (Van Dijk e Beunen, 2008).

Desse modo, o ordenamento mundial do uso da terra vem sendo ditado pelos países do Norte global presentes nos continentes da Europa, América do Norte e Ásia, esta concepção tem desempenhado um papel decisivo na implantação de políticas e estratégias de uso da terra em todo o mundo, mas especificamente em países do Sul Global, que incluem a África, a América Latina e a Ásia.

Essas disparidades e desigualdades na forma de ordenamento mundial do uso da terra têm sido criticadas por muitos teóricos, que argumentam que é necessário um sistema mais justo e igualitário, que leve em consideração as necessidades e interesses de países que ainda sofrem as mazelas do processo de colonização. A próxima seção irá discutir o uso da terra através de uma perspectiva decolonial que evidencia a importância e lutas dos povos originários para a manutenção dos recursos naturais.

Uso da terra: uma perspectiva decolonial

Os povos indígenas desempenham um papel essencial no uso e conservação da terra. Estima-se que eles representem cerca de 5% da população mundial e ocupam cerca de 20 a 25% da superfície terrestre (United Nations, 2019). As áreas ocupadas por povos originários contêm a maior parte da biodiversidade restante da Terra e representam mais de um quarto da superfície terrestre do mundo. Além disso, interceptam cerca de 40% de todas as áreas protegidas terrestres e paisagens ecologicamente intactas, como florestas primárias, florestas boreais, florestas tropicais, savanas e pântanos (Garnett *et al*, 2018).

Os povos indígenas possuem uma relação única com a terra que habitam, pois a conservação ambiental se trata de uma estratégia de ocupação territorial, ampliando assim a diversidade da fauna e da flora local. Santos (2016) afirma que pesquisas recentes mostram que os povos indígenas desempenham um papel essencial na formação da biodiversidade encontrada na América do Sul, destacando as técnicas de manejo da floresta, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária.

Apesar dos impactos positivos advindos das comunidades indígenas acerca do uso da terra, muito ainda se discute sobre a concessão do meio ambiente por parte dos povos indígenas, uma vez que este grupo vem sofrendo invasões, ameaças e perda de seu território em decorrência do uso desenfreado da terra. Cabe destacar que alguns programas de conservação muitas vezes se baseiam no conceito de proteger os recursos biológicos, a terra e as paisagens marinhas, excluindo, ao mesmo tempo, os seres humanos dessas áreas (United Nations, 2019).

Este pensamento de expulsão e violência de povos indígenas de seus territórios advém desde a criação da primeira área protegida, Yellowstone Park nos Estados Unidos, em meados do século XIX e que influenciou as políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Sul Global. Esta ideologia preservacionista consiste na visão de que qualquer contato humano é prejudicial à natureza, assim o ser humano deveria apenas contemplar e reverenciar a natureza selvagem (Diegues, 1993).

Esta concepção colonialista de que os espaços naturais deveriam ser vazios foi opositora à realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais (Diegues, 1993). O reflexo de tais conflitos têm refletido na histórica expulsão de moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, uma vez que o uso da terra é restringido no exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas.

Embora os conflitos de uso da terra no território indígena decorrem desde o período que antecede o colonialismo no continente por meio das divergências que aconteciam entre os diversos povos tradicionais que estavam estabelecidos em vários pontos do continente americano, acabou por ser intensificada pelas ações provocadas pelos colonizadores em busca de recursos naturais e conquistas de terras (Cabral, 1992).

Nesse sentido de dominação e conquista, a ciência geográfica e as outras áreas de conhecimento tem um papel de destaque por meio de pensamentos que estimulavam esses ideais expansionistas, como é o caso do determinismo geográfico por Ratzel (Moraes, 1999) que determina os povos nascidos em clima tropical eram menos desenvolvidos e mais “relaxados” para o trabalho.

Essas perspectivas criadas no colonialismo e neocolonialismo durante as últimas décadas persistem em suas características até o atual momento quando é debatido e discriminado o pertencimento desses povos tradicionais às suas terras e decorrendo a conceitos e ideais para a justificativa de retirada dos mesmos de seus territórios, enfrentando conflitos que vão desde a invasão de suas terras por agropecuaristas a genocídio de sua população.

Não muito distante, essa característica é marcante para os povos tradicionais que habitam a tríplice fronteira entre o Brasil, Bolívia e Peru no bioma amazônico que são envolvidos pela prática de produção de borracha desenvolvida por eles através dos seus conhecimentos e depois apropriada pelos colonizadores como fonte de comercialização,



principalmente durante a revolução industrial em meados do século XIX e presente atualmente com a disputada por esses 3 países:

Esse movimento é impulsionado pelos países fronteiriços através da formação de expedições de reconhecimento da concessão de terras, e de presença militar em vários momentos, a fim de garantir a ocupação já realizada ou de contrapor-se à penetração dos países vizinhos. (ARRUDA, 2009, p. 161).

Nesse cenário, os povos indígenas ficam à mercê dessas situações onde mais um vez é usado da desculpa do período colonial do “vazio demográfico” presente no bioma da Amazônia para a penetração dessas terras como se ainda não fossem ocupadas. Além do mais, as práticas de cultivo e meios de sobrevivência vem sofrendo constante ameaças na medida em que empresas, agronegócio ou mega empreendimentos que se apropriam desses territórios, como é o caso das empresas voltadas para o cultivo do eucalipto para a produção de papel e celulose no município de Imperatriz no Estado do Maranhão ou estradas e rodovias como a BR 010 e a estrada de ferro Carajás (Caderno Nova Cartografia, 2014).

Não obstante, segundo Bernardi e Roriz (2023), as políticas desenvolvimentistas e de planejamento criadas e executadas ainda no período da ditadura militar brasileira (1964-1985) refletiram diretamente nos povos nativos como os Yanomani que habitam o território entre os Estado de Roraima e a Venezuela. Com um integração forçada dos povos nativos, afetou diretamente seu estilo de vida com conflitos que vão desde a devastação ambiental de suas terras, epidemias e a ação de garimpos ilegais que os forçam a retirada de suas moradas, ações essas que são marginalizadas em todo o país desde o período colonial.

Assim, o uso da terra vem se transformado durante o último século, uma vez que a cobertura natural da terra vem dando espaço para uma produção em grande escala de alimentos. Estima-se que metade e todas as terras habitáveis é utilizada para a agricultura, enquanto apenas 37% para florestas; 11% como arbustos e pastagens; 1% como cobertura de água doce; e o 1% restante é destinado para áreas urbanas como cidades, vilas, vilarejos, estradas e outras infraestruturas humanas (Ritchie e Roser, 2021).

O uso da terra voltado para as produções agrícolas é um reflexo da atual conjuntura colonialista que apresenta uma nova roupagem nos dias de hoje, visando o monopólio de grandes empresas oriundas de países que possuem grandes potências econômicas em relação a país que estão passando por um processo lento de desenvolvimento da sua economia. A produção agrícola tem sido o cargo chefe de grandes empresas globais como Monsanto, Syngenta, Novartis, Bayer, BASF e Dupont que controlam 66% do mercado mundial e 84%

das patentes, a grande parte destas empresas trabalham com a produção e venda de commodities agrícolas (Medina, Ribeiro e Brasil, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentadas neste capítulo, podemos concluir que é crucial reconhecer o pensamento colonial como uma problemática presente em nossa sociedade. Isso se reflete em diversos âmbitos, como na política, economia, sociedade e cultura, especialmente no que se refere ao uso da terra pelas nações que ainda sofrem as consequências dessa prática. Desta forma, é fundamental buscar formas decoloniais de pensar estas questões, utilizando uma abordagem que seja mais justa e equitativa em relação ao uso da terra e aos povos que a habitam.

É importante destacar que a globalização tem um impacto significativo nesse processo, incluindo a expansão, atenuação e direção das forças que impulsionam a mudança na forma como a terra é usada. Isso porque os países do sul global enfrentam o desafio de manter a sustentabilidade e preservar ecossistemas florestais enquanto aumentam a produção e disponibilidade de alimentos.

Em contrapartida o uso da terra por países do Norte global colocam suas necessidades e interesses acima dos demais, através de práticas como o deslocamento do uso da terra de uma região para outra, a aquisição de terras agrícolas em países do Sul global e a imposição de políticas de uso da terra que priorizam a produção em grande escala em detrimento da sustentabilidade ambiental e das comunidades locais.

Tais práticas agressivas impostas por países colonizadores aos países colonizados resultam em consequências negativas para a biodiversidade existente como a perda da qualidade do solo, baixa disponibilidade de água, perda de terras cultiváveis e na exclusão das comunidades locais do uso da terra e etc. Pois esta perspectiva eurocêntrica não leva em consideração as necessidades e perspectivas das comunidades locais e dos povos indígenas que dependem da terra para sua subsistência e identidade cultural. Nesse sentido é importante a adoção de políticas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis e que levem em conta os impactos ambientais e sociais do uso da terra, em vez de apenas focar na produção em grande escala e no lucro econômico.

Para evitar a repetição de eventos históricos desastrosos, é fundamental entender a história da humanidade. Além disso, aprender com as experiências das comunidades colonizadas é crucial, especialmente no que diz respeito à preservação dos recursos naturais



Este inclui o conhecimento ecológico tradicional das comunidades locais e povos tradicionais, que têm um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e na utilização sustentável dos recursos naturais. Logo, é necessário valorizar e respeitar esse conhecimento, trabalhando em parceria com essas comunidades originárias para alcançar práticas mais justas e sustentáveis em relação ao uso da terra.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo SV. **Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 39, 2009.

BERNARDI, Bruno Boti; RORIZ, João. **Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Revista Brasileira de Ciência Política, p. e262918, 2023.

CADERNO Nova Cartografia. **Devastação e lutas sociais na Amazônia maranhense.** – N. 4 (jul. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014.

CASTANHEIRA, Luiz Artur. **Estudo das mudanças de uso e cobertura da terra no parque nacional da serra do cipó e entorno no período de 1989 a 1999.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, p. 147, 2010.

CÔRTEZ, Julia Corrêa; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **Dinâmicas no uso e cobertura da terra: perspectivas e desafios da Demografia.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 31, p. 191-210, 2014.

DE ANDRADE, Manuel Correia. **América Latina: Presente, passado e futuro.** Terra Livre, n. 10, 1992.

DE CASTRO, Luís Felipe Perdigão. **Terra e colonialismo: Marcos de apropriação privada de terras no Brasil e na Colômbia.** Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 8, n. 1, p. 75-122, 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** 1993.

Environment Protection Agency. **What are the trends in land use and their effects on human health and the environment?**, 2022. Disponível em: <https://www.epa.gov/report-environment/land-use#:~:text=%E2%80%9CLand%20use%E2%80%9D%20is%20the%20term,frequently%20represent%20very%20different%20uses>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto.** Oficina de Textos, 2007.

GARNETT, S.T., Burgess, N.D., Fa, J.E. et al. **A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation.** Nat Sustain 1, 369–374 (2018).



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Uso da Terra**. Rio de Janeiro, 2013, Ed. 3. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf>. Acesso em: 08. mar. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil: 2016 – 2018**. 2020.

KLEFER, K. O que é Lei de Uso e Zoneamento da Terra?, 2020. Disponível em: <https://klefer1.jusbrasil.com.br/artigos/781557248/o-que-e-lei-de-uso-e-zoneamento-da-terra>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

LAMBIN, E. et al. **The causes of land-use and land-cover change: moving beyond the myths**. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions*, v. 11, n. 4, p. 261-269, 2001.

LAMBIN, E. F., & Meyfroidt, P. (2011). **Global land use change, economic globalization, and the looming land scarcity**. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(9), 3465–3472. doi:10.1073/pnas.1100480108.

LEANDRO, Diuliana. **Geotecnologias aplicadas às ciências ambientais: volume 1**. 2021.

MEDINA, Gabriel; GUIMARÃES RIBEIRO, Gessyane; MADUREIRA BRASIL, Edward. **Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do Agronegócio Nacional**. *Revista de Economia e Agronegócio/Brazilian Review of Economics and Agribusiness*, v. 13, n. 822-2016-54285, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Roberto de. **Geografia Pequena História Crítica**. 17ª ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. **Land use**. *Our world in data*, 2013.

Robertson, B., & Pinstup-Andersen, P. (2010). **Global land acquisition: neo-colonialism or development opportunity? Food Security**, 2(3), 271–283. doi:10.1007/s12571-010-0068-1.

ROSA, Roberto. **Geotecnologias na geografia aplicada**. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 16, p. 81-90, 2005.

SANTOS, Tiago Moreira dos. **Terras Indígenas protegem a floresta**, 2016. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente#:~:text=Os%20povos%20ind%C3%ADgenas%20ajudam%20a,encontrada%20na%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

SILVA, Tatiane Regina da. **Geografia e pensamento decolonial: um diálogo necessário**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29285/4/GeografiaPensamentoDecolonial.pdf>. Acesso em 03 de mar. de 2023.

United Nations. **"International Expert Group Meeting: "Conservation and the rights of indigenous peoples"** (Articles 29 and 32 of the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples)." (2019).



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA

Van Dijk, T. A. & Beunen, R. (2009). **Laws, People and Land Use: A Sociological Perspective on the Relation Between Laws and Land Use.** *European Planning Studies*, 17(12), 1797–1815. doi:10.1080/09654310903322314.